

Recebido em 30/01/2025 e aprovado em 07/08/2025

A DIPLOMACIA DE “FULIN” E O ENVIO DE EMBAIXADAS BIZANTINAS À CHINA

Marcus da Silva Dorneles¹

Resumo: O presente artigo é resultado da análise de diferentes fontes primárias chinesas que abordam o contato com embaixadas bizantinas durante o período imperial de sua história. A partir dessa análise, serão discutidos alguns pontos como: o motivo que teria levado os bizantinos até a China em diferentes ocasiões e a forma como os cronistas chineses retratavam os estrangeiros em seus anais. Para tanto, a pesquisa documental propriamente dita foi realizada com auxílio de revisão bibliográfica sobre o tema, buscando-se refletir não apenas sobre o objeto de estudo em si, como também sobre a própria evolução de algumas discussões que ocorreram ao longo da historiografia no que diz respeito à temática em questão.

Palavras-chave: Embaixadas. Diplomacia. Império Bizantino.

THE DIPLOMACY OF “FULIN” AND THE SENDING OF BYZANTINE EMBASSIES TO CHINA

Abstract: This article is the result of an analysis of different Chinese primary sources that address contact with Byzantine embassies during the imperial period of its history. Based on this analysis, some points will be discussed, such as the reason that would have led the Byzantines to China on different occasions and the way in which Chinese chroniclers portrayed foreigners in their annals. To this end, the documentary research itself was carried out with the help of a bibliographic review on the subject, seeking to reflect not only on the object of study itself but also on the evolution of some discussions that occurred throughout historiography with regard to the subject in question.

Keywords: Embassies. Diplomacy. Byzantine Empire.

LA DIPLOMACIA “FULIN” Y EL ENVÍO DE EMBAJADAS BIZANTINAS A CHINA

Resumen: Este artículo es el resultado del análisis de diferentes fuentes primarias chinas que abordan el contacto con las embajadas bizantinas durante el periodo imperial de su historia. A partir de este análisis se discutirán algunos puntos como el motivo que llevó a los bizantinos a China en diferentes ocasiones y la forma en que los cronistas chinos retrataron a los extranjeros en sus anales. Para ello, la investigación documental propriamente dicha se realizó con la ayuda de una revisión bibliográfica sobre el tema, buscando reflexionar no sólo sobre el objeto de estudio en sí sino también sobre la evolución de algunas discusiones que se dieron a lo largo de la historiografía respecto al tema en cuestión.

Palabras clave: Embajadas. Diplomacia. Imperio Bizantino.

1. Introdução

Contatos entre o Oriente - ou, neste caso mais específico, entre o Extremo Oriente - e o Ocidente em períodos anteriores à modernidade europeia já foram devidamente documentados e analisados no passado. Um grande exemplo deste tipo de interação pode ser observado em um tema clássico no que diz respeito às discussões relativas à Idade Média: a Rota da Seda (Muthesius, 1990, p. 126).

Temas que permitem contemplar diferentes regiões, povos e culturas são particularmente privilegiados por metodologias emergentes da década de 1990 devido ao seu potencial envolvendo a realização de escalas – tanto temporais quanto geográficas – outrora pouco exploradas pela historiografia até o momento em questão. Este é o caso das histórias conectadas de Sanjay Subrahmanyam, que, além de observar essa potencialidade, também atentava à necessidade de uma escrita da história em escala mundial que fosse capaz de superar eurocentrismos e fronteiras nacionais (Subrahmanyam, 2013, p. 219-223).

Especificamente em relação à Idade Média, as histórias conectadas surgem como uma alternativa para superar narrativas exclusivamente europeias que se iniciam no século IV e vão até o século XVII, uma vez que, naquela época, já existiam circulações de pessoas, ideias e bens que iam além do continente europeu. Sobre isso, pode-se afirmar que:

Assim, os objetos de uma História Conectada da Idade Média são os fenômenos que, entre os séculos IV e XVII, articularam espaços e comunidades na Eurásia e na África: a expansão da Cristandade e do Islã, as rotas comerciais através da África e da Eurásia, os intercâmbios comerciais e culturais, a emergência de uma vaga de produção historiográfica que revela a afirmação de uma ideia de história global, as viagens e as expansões marítimas, o estabelecimento de entrepostos mercantis ao longo da costa africana, os conflitos militares, as crises alimentares e os surtos de peste, entre outros (Da Silva, 2020, p. 15).

Em função da Rota da Seda, a China, em particular, não é uma completa estranha no que tange os estudos do medievo. Ocasionalmente,

sua relevância é trazida à tona quando a Rota da Seda é abordada em âmbito escolar e acadêmico, dado o seu papel enquanto fornecedora de alguns dos tecidos de mais alta qualidade naquele período em questão. Frequentemente, cidades como Cantão e Xian são destacadas como um dos pontos de origem - ou de fim, dependendo da perspectiva - desta complexa rede de rotas comerciais interligadas, criadas ainda na Antiguidade.

Contudo, a China nem sempre é tratada com o mesmo grau de familiaridade que outros Estados – especialmente os europeus - que também estavam inseridos nesse contexto de intercâmbio cultural e econômico possibilitado pela Rota da Seda. Em outras palavras, observa-se constantemente um distanciamento no que diz respeito ao seu papel neste contexto de conexões intercontinentais. Sobre esta questão, afirma-se que:

Poucos eventos históricos evocam o devaneio de tirar o fôlego acompanhado pela mera menção da Rota da Seda [...]: o pôr do sol contra um deserto escaldante, uma linha singular de camelos cobertos com tapetes e especiarias. Embora a realidade seja muitas vezes muito mais sutil em suas dramatizações, há ocasiões em que a verdade aceita genuinamente presta um desserviço a seu assunto. No caso da Rota da Seda, as complexidades de tal rede intrincada e histórica são muitas vezes negligenciadas em favor de sua natureza cinematográfica e exótica [...]. A representação romantizada da Rota da Seda, que carrega alguma semelhança com a verdade, é muitas vezes reverenciado devido ao seu suposto exotismo e afastamento da cultura ocidental (Lee, 2021, p. 2).

Ainda que a presente pesquisa não tenha a Rota da Seda propriamente dita como seu principal objeto de estudo, este contato entre Oriente e Ocidente durante a Idade Média o é. Nesse sentido, as colocações acima destacam bem a maneira como alguns dos impactos políticos, religiosos, tecnológicos ou até mesmo ideológicos causados em função dos encontros que ocorreram neste período foram negligenciados por conta da perpetuação de uma visão demasiadamente orientalista a respeito do que foram de fato estes intercâmbios. Nesse contexto, mencionar a crítica ao orientalismo feita por Edward Said em 1978 no que se refere trabalhos cujo recorte geográfico tenda a contemplar territórios que não são normalmente

inseridos no que acabou sendo entendido, com o passar do tempo, como o Ocidente, já se tornou praticamente um clichê acadêmico; no entanto, enquanto ela ainda se provar relevante, torna-se oportuno mencioná-la mais uma vez.

Assim sendo, este trabalho consiste em uma análise a respeito dos registros encontrados em fontes primárias chinesas a respeito do envio de embaixadas do Império Bizantino - um velho conhecido nos currículos escolares e acadêmicos - à China. O objetivo desta análise, por sua vez, não se sustenta necessariamente no esforço em provar que estes encontros foram particularmente frequentes ao longo do medievo, mas de analisar suas nuances, de forma a evitar a colocação da China enquanto um elemento exótico no que dizia respeito às dinâmicas intercontinentais da época. Afinal, ela foi procurada em mais de uma ocasião como potencial aliada militar e econômica, demonstrando que havia um reconhecimento a respeito de sua posição enquanto uma potência influente e próspera daquela época.

No final das contas, quais eram as motivações para a realização destas viagens destes embaixadores bizantinos? Ou ainda, como a China respondeu às tentativas de aliança protagonizadas pelos bizantinos? Buscando respostas para estes questionamentos, foram selecionados trechos de documentos chineses que mencionam a chegada dos bizantinos em seus domínios, bem como os presentes que foram entregues em cada ocasião.

2. As Embaixadas Bizantinas nos Anais Imperiais Chineses

As diferentes dinastias chinesas mantiveram uma longa tradição de registrar em anais oficiais passagens a respeito das mais diversas naturezas, normalmente variando entre eventos de particular relevância à sociedade chinesa e biografias de membros das suas cortes. Estes registros foram todos compilados em uma única obra chamada “Vinte e quatro Histórias” ou “Histórias Ortodoxas”. Como seu nome sugere, ela reúne 24 livros que foram escritos em diferentes épocas por eruditos e oficiais que serviram às dinastias que governaram a China em momentos distintos. O recorte temporal

contemplado pelas “Vinte e quatro Histórias” se estende desde 91 a.C até 1739, sendo seu título cunhado em 1775 durante o quadragésimo ano do reinado do imperador Qianlong, da dinastia Qing. Dentre os livros incluídos na compilação, interessam para este trabalho, em particular, quatro deles: o “Livro de Tang”, o “Livro de Song”, o “Livro de Yuan” e o “Livro de Ming”.

O *Jiu Tangshu* (舊唐書) - ou simplesmente “Livro de Tang” - é uma coletânea dos anais dos imperadores da dinastia Tang separado em 200 capítulos. Estes capítulos, por sua vez, contêm uma variada gama de informações, que variam desde ritos cerimoniais até conteúdo bibliográfico sobre os imperadores e seus consortes. Ainda que a edição deste material seja comumente atribuída ao ministro Liu Xu, a maior parte deste trabalho foi de fato realizada por seu antecessor, Zhao Ying. Posteriormente, em 1044, o imperador Renzong, da dinastia Song, ordenou que fosse organizada uma nova versão deste mesmo compilado, uma vez que, em seu entendimento, faltava clareza e coesão à versão original². Assim sendo, após 16 anos, foi publicado em 1060 o *Xin Tangshu* (新唐書) - ou “Novo Livro de Tang”, cujo trabalho de edição foi realizado por um grupo de eruditos liderados por Ouyang Xiu e Song Qi.

O livro *Songshi* (宋史), ou “Livro de Song”, por sua vez, é outro compilado de registros imperiais, comissionado em 1343 por uma dinastia sucessora – sendo, neste caso, os Yuan. A autoria do “Livro de Song” pode ser creditada aos primeiros-ministros Tuotuo e Arutu, da dinastia mongol anteriormente citada. A Dinastia Song, nesse contexto, ascendeu ao poder em 960, depois de um período intermediário que sucedeu a queda da dinastia Tang, conhecido como “Período das Cinco Dinastias e dos Dez Reinos”, ou simplesmente “Cinco Dinastias”, em que a fragmentação política da China resultou na divisão do seu território. Enquanto o norte foi governado por cinco dinastias que sucederam uma à outra, o sul dividiu-se em dez reinos que coexistiram em contemporaneidade. Os Song entraram constantemente em confronto com os reinos do sul, o que acabou facilitando a conquista dos

invasores mongóis pelo norte, que unificaram a China e inauguraram sua própria dinastia sob governo de Kublai Khan, neto de Gengis Khan.

Muitas das informações presentes nos livros citados foram recuperadas ou confirmadas pelo *Wenxian Tongkao* (文献通考), cuja autoria pode ser atribuída ao erudito Ma Duanlin, que serviu à Dinastia Yuan e concluiu sua obra no ano de 1317. Ainda que o *Wenxian Tongkao* não faça parte das “Vinte e Quatro Histórias” de maneira propriamente dita, ele faz referência a muitas das passagens presentes nos volumes das “Vinte e Quatro Histórias” que o antecederam, em particular o “Livro de Tang” e o “Livro de Song”. Dentre estas passagens, as visitas de embaixadas bizantinas à China são comentadas pelo autor, que realiza suas próprias intervenções em determinados trechos, contando com interpretações pessoais a respeito dos eventos contemplados pelas obras em questão. Grande parte dos trechos destacados para a elaboração desta pesquisa foram retirados do *Wenxian Tongkao*, cuja tradução para o inglês pode ser atribuída ao sinólogo Friedrich Hirth em 1885. O texto consultado está disponível digitalmente e conta tanto com a tradução de Hirth quanto com as passagens originais em língua chinesa.

Posteriores ao *Wenxian Tongkao*, o *Yuanshi* (元史) – “Livro de Yuan” - e o *Mingshi* (明史) – “Livro de Ming” - são as últimas panóplias que integram as “Vinte e Quatro Histórias”. Assim como as anteriores, elas também foram escritas por dinastias sucessoras: o Livro de Yuan pelo historiador Song Lian, a serviço da dinastia Ming em 1370, e o Livro de Ming por um grupo de eruditos liderados por Zhang Tingyu a serviço da dinastia Qing em 1739, respectivamente. Ambos os materiais reúnem as últimas menções diretas ao Império Bizantino nos anais dinásticos chineses, cabendo também uma análise mais detalhada a respeito dos trechos em que os bizantinos são diretamente mencionados. A seguir, serão comentadas cada passagem em ordem cronológica, ou seja, começando pelas descrições que foram incluídas no Livro de Tang em suas duas variações e finalizando com os excertos do Livro de Ming.

2.1 Os Primeiros Contatos com os Tang

De acordo com os registros presentes no “Livro de Tang” e referenciados no *Wenxian Tongkao*, no ano de 643, uma embaixada foi enviada pelo imperador Constante II, sendo esta recebida pelo imperador Taizong. Este tipo de ocasião teria se repetido alguns anos depois, sob os reinados de Constantino IV e Justiniano II, como pode ser observado no trecho abaixo:

No décimo sétimo ano da era *Zhenguan* da dinastia Tang, o rei de *Fulin*, *Boduoli*, enviou mensageiros oferecendo cálices vermelhos e pedraria dourada e verde, e uma ordem do gabinete foi emitida em reconhecimento [...]. Entre os períodos *Qianfeng* e *Dazu* eles repetiram suas oferendas. No sétimo ano do *Kaiyuan* eles ofereceram através de um alto funcionário do Tocaristão leões e antílopes (Hirth, 1885, p. 86).

Ainda que as divisões temporais chinesas possam parecer confusas para a leitura ocidental³, é bastante consensual a leitura de que estas embaixadas chegaram à China em 667, 701 e possivelmente em 719. A primeira era citada no excerto destacado, *Zhenguan* (貞觀), foi inaugurada pelo imperador Taizong em 627, estendendo-se até 649. Já o período *Qianfeng* (乾封) foi inaugurado pelo imperador Gaozong em 666, estendendo-se por um período muito curto de apenas dois anos. O período *Dazu* (大足) iniciou-se no reinado da imperatriz Wu Zetian, no ano de 701, sendo este ainda mais efêmero do que o período citado anteriormente, com duração de apenas dez meses. Por fim, o período *Kaiyuan* (開元) foi inaugurado pelo imperador Xuanzong em 713, estendendo-se até 741. No caso deste último encontro registrado, percebe-se que o envio dos presentes teria sido realizado indiretamente através de um alto funcionário do Tocaristão - ou Bactria.

No registro, o Império Bizantino é referido como “*Fulin*” (拂菻), sendo a origem deste termo debatida por acadêmicos especialistas. Das teorias plausíveis que se criaram em relação à sua etimologia, uma das mais recentes aponta à possibilidade de sua origem estar associada a uma derivação do termo utilizado para nomear o Império Romano em diferentes línguas iranianas, mais ou menos contemporâneas à sua época. Esta denominação

chinesa para o Império Bizantino é diferente daquela utilizada tradicionalmente para o Império Romano - ou, mais especificamente, para o Império Romano do Ocidente: “*Daqin*” (大秦)⁴. Apesar da diferença nominal, os relatos sugerem que os chineses daquela época entendiam *Daqin* e *Fulin* como o mesmo Estado, estando mais ou menos cientes da transferência de sua capital para Constantinopla. Já o autor de *Wenxian Tongkao*, Ma Duanlin, por outro lado, tinha suas próprias ressalvas e realizou suas observações pessoais tratando *Daqin* e *Fulin* como reinos diferentes⁵. O rei Constante II, por sua vez, é chamado de ‘*Boduoli*’ (波多力), possivelmente por conta da transliteração de “*Kōnstantinos Pogonatos*” - “Constantino, o Barbudo” -, ou de ‘*bathrik*’ – que significa “patriarca”.

No que se refere às circunstâncias e motivações para o envio de mensageiros à China, o historiador Samuel Adshead especula que a ausência de citações acerca destas quatro embaixadas em fontes ocidentais se justificaria em função do fato de que elas teriam sido iniciativas protagonizadas por altos-funcionários de regiões fronteiriças, ao invés de um esforço conscientemente organizado pelo governo central (Adshead 2000, p. 104). O autor ainda acrescenta que as embaixadas foram enviadas em um contexto iniciado em meados do século VI, quando os bizantinos já se demonstraram interessados em estabelecer alianças com reinos do Oriente, dadas as incertezas envolvendo acordos estabelecidos com povos vizinhos, como os Ávaros (Adshead, 2000, p. 104-105). Com o agravamento de crises no século VII, a exemplo das invasões dos mulçumanos em 632 e das consequentes quedas de Alexandria e Ctesifonte em 642, os bizantinos tinham ainda mais motivos para buscar novos contatos com outros aliados, a fim de neutralizar estes inimigos (Adshead 2000, p. 105).

A recepção de suas primeiras embaixadas, no entanto, não se demonstrou particularmente frutífera. Os imperadores chineses já tinham suas próprias preocupações na época em que seus emissários foram enviados, especialmente durante o governo da imperatriz Wu Zetian, quando a China se envolveu com uma série de batalhas navais contra a Coréia (Adshead,

2000, p. 105). Além disso, este foi o mesmo período em que o príncipe sassânida Peroz III e seu filho Narsieh procuraram exílio em territórios governados pelos Tang, em função do avanço do Califado Ortodoxo na Pérsia, sendo esta situação tratada com mais prioridade pelos chineses.

Apesar disso, a terceira embaixada de 701, por sua vez, foi enviada enquanto o imperador Justiniano II estava exilado na Crimeia, depois das revoltas lideradas por Leôncio, que o forçaram a deixar o trono temporariamente - o que também pode explicar, pelo menos em parte, a ausência de suas menções em documentos oficiais. Justiniano II teria recebido notícias a respeito de um contra-ataque aos muçulmanos autorizado pela imperatriz e liderado por Narsieh (Adshead 2000, p. 105), sendo esta uma possível motivação para sua tentativa de contato com a China. Já a quarta e última embaixada citada no trecho foi enviada no reinado do imperador Leão III, um ano depois do segundo Cerco de Constantinopla. Apesar da vitória bizantina, conquistada a partir de uma aliança com os búlgaros, o receio de que os muçulmanos pudessem atacar novamente sua capital não havia cessado, motivando, assim, uma última tentativa de contato com o Leste Asiático.

A partir desse momento, já é possível identificar algumas consequências decorrentes do envio das embaixadas bizantinas à China, ainda que de maneira indireta. Apesar das visitas não terem surtido o efeito imediato que os bizantinos muito provavelmente esperavam, ao menos elas serviram de confirmação a respeito do lugar da China enquanto potência militar, econômica e política do Leste Asiático. Além disso, agora os chineses também estavam cientes a respeito da expansão muçulmana pelo Mediterrâneo. Isso se provou especialmente importante depois de 726, quando a ascensão do ministro Li Linfu na corte dos Tang modificou a postura da dinastia em relação a empreendimentos de dimensões continentais, principalmente em direção ao Ocidente. Sob a influência de Li Linfu, a China protagonizou iniciativas de expansão territorial na Ásia Central, entrando em confrontos diretos contra inimigos e concorrentes do Império Bizantino, até ser derrotada na Batalha de Talas, em 751 pelo Califado Abássida.

2.2 Os Enigmáticos Contatos com os Song

As quatro embaixadas presentes no Livro de Tang não foram as únicas menções diretas ao Império Bizantino em fontes primárias chinesas. Mais de três séculos depois, outras embaixadas bizantinas foram registradas no Livro de Song e, posteriormente, no *Wenxian Tongkao*. A primeira destas embaixadas teria sido recebida no ano de 1081, como pode ser observado no excerto abaixo:

Durante o décimo mês do quarto ano do período *Yuanfeng*, o seu rei *Mielisha* enviou inicialmente um alto funcionário para oferecer como tributo cavalos selados, espadas e pérolas verdadeiras [...]. Seus produtos incluem ouro, prata, pérolas, vestes de seda ocidental, vacas, ovelhas, cavalos, camelos com uma única corcova, pêras, amêndoas, castanhas, painço e trigo (Hirth, 1885, p. 89).

Assim como as marcações temporais anteriores, o trecho faz menção a um dos períodos chineses, *Yuanfeng* (元豐), inaugurado pelo imperador Shenzong da dinastia Song em 1078 e finalizado em 1085. Dentre os presentes citados, vestes de seda ocidental aparecem citadas diretamente pela primeira vez, reiterando o aspecto diplomático adquirido pelo tecido durante o medievo. Por ser um produto de alto valor agregado e fácil de ser transportado, a seda foi utilizada como presente para fins diplomáticos em função de pelo menos três circunstâncias: para evitar um ataque militar iminente, para estabelecer ou renovar alianças, para engendrar favores econômicos em troca de assistência militar ou naval a longo prazo (Muthesius, 1992, p. 100). Exemplos deste tipo de diplomacia a partir da seda incluem o envio de 200 vestes imperiais ao emir 'Adud al-Dawla por Basílio II no ano de 983 e à oferta de 50 baús cobertos por seda mais 1000 indumentárias ao califa Almostancir do Cairo por Constantino IX em 1045 (Muthesius, 1992, p. 105).

No que se refere ao nome do monarca, transliterado como "*Mielisha*" (滅力沙), existem algumas diferenças de interpretação possíveis. A mais tradicional atenta à possibilidade de ser uma transliteração do nome de Miguel VII Ducas, imperador bizantino no ano em que a embaixada teria sido

enviada. Contudo, interpretações mais recentes se voltam à proximidade fonética do termo com o nome do sultão Maleque Xá, do Império Seljúcida (Thurin, 2021, p. 61). Neste caso, a referência a “*Mielisha*” não estaria necessariamente associada ao governante bizantino representado pela embaixada, mas a uma menção a Estados próximos para fins de localização geográfica⁶.

Esta segunda interpretação sustenta-se na crise desencadeada pela derrota bizantina na Batalha de Manzikert, em que a vitória do Império Seljúcida contribuiu para a efetivação do domínio turco na Anatólia. Entre o fim da batalha e a ascensão do imperador Aleixo I Comneno, ou seja, entre 1071 e 1081, pelo menos outros três imperadores ascenderam ao trono: Romano IV Diógenes, Miguel VII Ducas e Nicéforo III Botaniates. Considerando o tempo de viagem entre Constantinopla e Kaifeng - capital da China na época -, separadas a 7215 km, é bastante possível que o responsável pelo envio da embaixada não tenha sido o imperador Miguel VII Ducas, mas outro governante desse mesmo período, ou até mesmo algum senhor da guerra que teria tentado aproveitar o caos da Batalha de Manzikert para tomar controle da capital bizantina, já que a longa distância entre as duas cidades necessitaria de um traslado de vários meses para que o encontro pudesse ser propriamente concretizado (Thurin, 2021, p. 63).

Figura 1 – Trajeto de Constantinopla (atual Istambul) a Kaifeng



Fonte: Google. Google Maps, 2025. Trajeto de Istambul a Kaifeng. Disponível em:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1-jyrgAwztzPHlieGRp3qytWh7g1GjkKA>

Acesso em: 25 ago. 2025

De acordo com esta segunda perspectiva, é provável também que, no final das contas, a embaixada bizantina não tenha sido enviada à China por nenhum imperador ou funcionário público de alto escalão. Nesta interpretação, a iniciativa teria sido protagonizada por comerciantes independentes que acabaram sendo interpretados como representantes oficiais do governo bizantino pelos indivíduos responsáveis pelos registros originais (Thurin, 2021, p. 87-88). Esta teoria também se sustenta na hipótese de que as crises enfrentadas pelos altos escalões do governo bizantino nessa época dificultariam a organização de uma embaixada oficial, especialmente uma que seria enviada a uma região tão distante como a China.

Uma evidência de trocas comerciais entre os bizantinos e os chineses é a presença de moedas bizantinas encontradas em solo chinês (Guo, 2021, p.

207), com indícios fortes de que pelo menos 37 delas teriam sido cunhadas em solo bizantino (Guo, 2021, 216). Estes artefatos chegaram à China muito provavelmente através de viajantes que estavam de passagem e de comerciantes que moravam lá (Li, 2015, p. 286), e, além de seu valor monetário, também desempenharam papel como ornamentos e colecionáveis (Li, 2015, p. 287).

Por fim, uma última e breve menção a embaixadas bizantinas na China ainda pode ser encontrada no mesmo documento, desta vez a datação remonta ao ano de 1091:

Durante o sexto ano do *Yuanyou* eles enviaram duas embaixadas, e o seu Rei foi presenteado, por ordem imperial, com 200 peças de tecido, pares de ouro branco, vasos e indumentária com ouro amarrada em um cinto (Hirth, 1885, p. 90).

Sem menções diretas a nomes de governantes desta vez, estas últimas embaixadas teriam chegado em meados do reinado do imperador Zhezong, que inaugurou o mencionado período *Yuanyou* (元祐) em 1087 até 1094. Diferenciando-se do período anterior, não existe margem para dúvidas em relação ao fato de que o monarca bizantino desta época era Aleixo I Comneno, uma vez que seu governo só iria acabar no ano de 1118, depois de um reinado de praticamente 37 anos, apesar de todas as dificuldades encontradas ao longo do caminho⁷. Interessantemente, indicando certo grau de reciprocidade no que dizia respeito à troca de mercadorias protagonizadas pelos Estados supracitados, esta é a única ocasião em que os presentes citados no documento não foram os que foram entregues pelos bizantinos, mas os que foram dados a eles.

Por conta da falta de informações que se têm até o presente momento a respeito das embaixadas bizantinas que foram enviadas durante o governo dos Song, estes encontros são frequentemente considerados como os mais herméticos dentro do espaço temporal contemplado pelo *Wenxian Tongkao*. Diferentemente dos registros realizados pelos Tang vários séculos antes, é difícil afirmar com absoluta certeza quem foram os responsáveis pelo envio dessas embaixadas, tampouco qual era o objetivo final delas. Nesse sentido, espera-

se que novas análises sejam realizadas no futuro para elucidação dessas dúvidas.

2.3 Os Últimos Contatos com os Yuan e os Ming

Enquanto os relatos presentes nos anais das dinastias Tang e Song acabaram se centrando no envio de embaixadas bizantinas à China, os anais das dinastias Yuan e Ming presentes em suas próprias compilações tendem a focar no inverso. O “*Yuanshi*” (元史) - ou “Livro de Yuan” - é econômico nas suas menções diretas a *Fulin*, sendo o termo observado apenas em uma passagem a respeito da biografia de um homem chamado “Aixue” - possivelmente uma transliteração de “José” ou “Jesué” (Bretschneider, 1910, p. 144). Aixue teria sido um nativo de *Fulin*, versado em línguas ocidentais e proficiente em astronomia e medicina, servindo à corte de Güyük Khan até ter sido atribuído em 1263 por Kublai Khan - fundador da dinastia Yuan - à direção dos conselhos astronômicos e médicos da Pérsia (Bretschneider, 1910, p. 144). Posteriormente, ele recebeu o título de “*Fulin Wang*” (拂菻王) - ou “Príncipe de *Fulin*”.

No entanto, isso não indica necessariamente que as conexões entre o Império Bizantino e o Império Chinês teriam cessado a partir desse momento. Graças à preservação de uma tradução síria da obra autobiográfica do monge nestoriano Rabban Bar Sauma, sabe-se que Kublai Khan teria enviado monges de sua seita ao Ocidente – incluindo Bizâncio (Budge, 2016, p. 124-128). Outros historiadores, ainda que controversos, comentaram ainda mais sobre o assunto: Edward Luttwak⁸, por exemplo, menciona que o envio de mensageiros nestorianos a Bizâncio teria ocorrido em função do casamento entre duas meias-irmãs do imperador Andrônico II Paleólogo e dois netos de Gengis Khan (Luttwak, 2009, p. 169), provavelmente em função da aliança de curta duração entre os mongóis e os bizantinos, estabelecida no final do século XIII.

Algumas fontes ocidentais da época inclusive atentam à presença relativamente comum de mercadores oriundos de diferentes regiões da Europa em territórios que foram incorporados pelo Império Mongol, incluindo a China. O guia "*Pratica della mercatura*" escrito por volta de 1335 a 1343 pelo comerciante florentino Francesco Balducci Pegolotti, por exemplo, conta com passagens explicando formas de trocar prata por papel-moeda para comprar seda em Khanbaliq - atual Pequim (Spielvogel, 2011, p. 183), indicando recorrência da prática a ponto de a tornar relevante o suficiente para ser registrada em seu guia.

Finalmente, o "*Mingshi*" (明史) - ou "Livro de Ming" - oferece um relato a respeito do que foi considerado o último contato direto entre a China e o Império Bizantino, pelo menos em âmbito oficial. Desta vez, o encontro teria ocorrido em agosto ou setembro de 1368, no mesmo ano em que a dinastia Ming ascendeu ao poder, depois de facções rivais tentarem tomar o controle do império em decorrência dos últimos anos conturbados de governo dos Yuan:

Ao final da dinastia Yuan, um nativo desse reino, chamado *Niegun*, veio até a China para fins comerciais. Quando, depois da queda dos Yuan, ele não pôde retornar, o imperador Taizu, que ouviu falar disso, ordenou a ele sua presença no oitavo mês do *Hongwu* e lhe deu ordens para que uma carta oficial fosse entregue ao seu rei (Hirth, 1885, p. 65).

"*Niegun*" (捏古倫) é a transliteração do nome "Nícolas", havendo uma especulação a respeito de sua posição enquanto o arcebispo de Pequim - Nicolaus de Bentra - e sucessor de João de Montecorvino⁹. Já o imperador chinês está referenciado pelo seu nome de templo¹⁰; em vida, ele ficou conhecido como o imperador *Hongwu*, sendo este o mesmo nome do período de seu reinado, citado diretamente no excerto acima. A carta entregue ao emissário relata a ascensão da dinastia Ming, fazendo-se a vontade do Mandato do Céu, de acordo com outras passagens do mesmo documento.

Depois deste evento, o "Livro de Ming" registra a chegada do missionário italiano Matteo Ricci em 1582, na cidade de Macau - já

administrada pelos portugueses - como o envio de um emissário do “Mar Ocidental”. O entendimento dos chineses quanto ao que seria o Mar Ocidental já foi alvo de debate entre acadêmicos e pode ter se modificado consideravelmente ao longo dos anos; contudo, a maioria dos historiadores tende a concordar que, de fato, se trate do Mar Mediterrâneo. Isso porque o termo “Mar Ocidental” já era utilizado ainda quando o Império Romano existia como Estado unificado (Yu, 2013, p. 6). No entanto, os chineses tinham um entendimento muito limitado a respeito de sua localização, o que abriu margem para diferentes interpretações a respeito de seus limites geográficos. No passado, descrições a respeito do Mar Ocidental também foram atribuídas ao Mar Cáspio e ao Golfo Pérsico; contudo, considerando o contexto em que o termo era utilizado ao se referir especificamente ao Estado de Fulin, a hipótese mais coerente acaba se voltando no final das contas ao Mar Mediterrâneo (Yu, 2013, p. 6-7).

Interessantemente, a ausência de outras menções diretas ao Mar Ocidental indicaria que os representantes das Coroas portuguesa e espanhola não teriam sido recebidos como emissários do Mar Ocidental tal qual os bizantinos e o missionário jesuíta foram. Em outra possível interpretação, os portugueses e espanhóis foram recepcionados, mas tal evento não foi registrado. As razões para essa diferenciação, por sua vez, certamente renderiam uma nova pesquisa à parte.

3. Considerações Finais

Em função da falta de familiaridade com as fontes chinesas, o contato entre bizantinos e chineses foi considerado como uma espécie de anomalia - quando sequer existente -, reforçando justamente um aspecto de excentricidade no que tange à posição da China neste contexto de relações extraimperiais. Isto ocorreu muito provavelmente porque menções diretas ao Império Chinês são escassas entre os documentos ocidentais resgatados até o presente momento. Felizmente, os relatos destacados nas compilações

dinásticas chinesas possibilitam uma leitura mais completa a respeito destas relações.

Apenas no *Wenxian Tongkao*, podem ser identificadas pelo menos seis ocasiões em que Bizâncio teria enviado a Pequim representantes para fins diplomáticos. Ainda que este número esteja muito longe de indicar que os contatos sino-bizantinos tenham sido frequentes ao longo da história - ou, pelo menos, dentro do espaço temporal selecionado -, eles demonstram que não apenas de fato eles ocorreram, como também havia no mínimo uma tentativa ligeiramente contínua em reforçar esses laços, especialmente quando ponderado o intervalo relativamente curto que separou os envios das embaixadas de 643, 667, 701 e 719 e, posteriormente, das duas embaixadas enviadas entre 1081 e 1091 à China. A maior parte destes envios teria tido como motivação a possibilidade de angariar apoio militar contra inimigos que ameaçavam a hegemonia bizantina sobre determinados territórios. Já os relatos presentes nos volumes do “Livro dos Yuan” e do “Livro dos Ming” enfatizam o caminho inverso, ou seja, ocasiões em que Pequim teria enviado ao Ocidente representantes para fins diplomáticos.

Na tabela seguinte, estão listadas todas as menções a recepções de embaixadas bizantinas pelas autoridades chinesas, bem como os respectivos monarcas que estavam governando o Império Bizantino e a China na época, respectivamente.

Tabela I – Lista de Embaixadas Bizantinas enviadas à China

Ano	Monarca (Bizâncio)	Monarca (China)
643	Constante II	Taizong
667	Constante II	Gaozong
701	Tibério III	Wu Zetian
719	Leão III, o Isáurio	Xuanzong
1081	Miguel VII Ducas*	Shenzong
1091	Aleixo I Comneno	Zhezong

Torna-se oportuno frisar ainda que o envio das embaixadas é apenas um aspecto bastante específico das relações sino-bizantinas. Quando consideradas outras formas de contato direto ou indireto, como a circulação de comerciantes e de mercadorias entre os respectivos territórios, infere-se que essas conexões possam ter sido ainda maiores. Nesse sentido, outras formas de abordagem a respeito desta temática não apenas se tornam possíveis como também se demonstram necessárias para a desmistificação da China e do papel que o seu Estado enquanto potência no Leste Asiático desempenhou em âmbito intercontinental.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:

BRETSCHNEIDER, Emil. **Mediaeval researches from Eastern Asiatic sources:** fragments towards the knowledge of the geography and history of central and western Asia from the 13th to the 17th century. Vol. I. Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co, 1910.

BUDGE, Ernest Wallis (trad.). **The Monks of Kubilai Khan, Emperor of China.** Londres: Forgotten Books, 2016.

HIRTH, Friederich. **China and the Roman Orient:** researches into their ancient and medieval relations as represented in old chinese records. Xangai e Hongkong: Kelly & Walsh, 1885.

Referências

ADSHEAD, Samuel. **China in World History.** 3º Edição. Nova York: St. Martin's Press, 2000.

BAKER, C Richard. Administrative and accounting practices in the Byzantine Empire. **Accounting History**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 211-227, 2013.

CANDIDO DA SILVA, Marcelo. Uma história Global antes da globalização: circulação e espaços conectados na Idade Média. **Revista de História**, n. 179, p. 1-19, 2020.

GUO, Yunyan. Classification of Byzantine Gold Coins and Imitations found in China. In: GÜNTHER, Sven; LI, Qiang; LIN, Ying; SODE, Claudia (ed.). **From Constantinople to Chang'an:** Byzantine gold coins in the world of late antiquity. Changchun: Institute For The History Of Ancient Civilizations, 2021, p. 207-240.

KEIGHTLEY, David N. Art, Ancestors, and the Origins of Writing in China. **Representations**, Oakland, n. 56, p. 68-95, 1996.

LEE, Jeanna. The Weight of Silk: an exploratory account into the developing relations between Byzantium and China. **History In The Making**, v. 14, p. 1-32, 2021.

LI, Qiang. Roman Coins discovered in China and their Research. **Eirene: Studia Graeca et Latina**, Praga, v. 51, n. 1-2, p. 279-299, 2015.

LI, Qiang; KORDOSIS, Stefanos. The Geopolitics on the Silk Road: resurveying the relationship of the western türks with byzantium through their diplomatic communications. **Medieval Worlds**, n. 8, p. 109-125, 2018.

LUTTWAK, Edward. **The Grand Strategy of the Byzantine Empire.** Massachusetts: Harvard University Press, 2009.

MUTHESIUS, Anna Maria. Silk, Power And Diplomacy In Byzantium. **Textile Society Of America Symposium Proceedings**, Cambridge, v. 580, p. 99-110, 1992.

MUTHESIUS, Anna Maria. The Impact Of The Mediterranean Silk Trade On Western Europe Before 1200 A.D. **Textile Society Of America Symposium Proceedings**, v. 613, p. 126-135, 1990.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SPIELVOGEL, Jackson. **Western Civilization**: a Brief History. Vol. 1. Boston: Wadsworth Publishing, 2011.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 60., p. 219-240, 2017.

THURIN, Romain. China and the Two Romes: the 1081 and 1091 "Fulin" embassies to the Song Empire. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, Leiden, v. 64, p. 55-92, 2021.

WILKINSON, Endymion. **Chinese History: a new manual**. Cambridge: Arvard University Asia Center, Harvard-Yenching Institute Monograph Series, 2000.

YU, Taishan. **China and the Ancient Mediterranean World**: a survey of ancient chinese sources. Filadélfia: Sino-Platonic Papers, 2013.

NOTAS

¹ Doutorando vinculado ao Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS), linha de pesquisa Relações de Poder Político-Institucionais. Atualmente desenvolve a pesquisa "Toma Macao novos alentos com o Fénix da luzitania renascido: a cidade de Macau cem anos após a perda de Nagasaki", orientada pelo Prof. Dr. Valter Lenine Fernandes. E-mail para contato: marcus.dorneles@ufrgs.br

² Ao longo de todo o período imperial da China era costumeiro que uma nova dinastia que ascendia ao poder realizasse este tipo de esforço em compilar histórias de seus antecessores como forma de dar legitimidade ao seu governo (Wilkinson, 2000, p. 501-510).

³ Quando os imperadores chineses subiam ao trono, eles frequentemente mudavam o nome do reinado e iniciavam uma nova era, não sendo incomum também trocas durante um mesmo governo. Os nomes atribuídos a cada era eram dotados de significado próprio, muitas vezes diretamente ligado a eventos de grande repercussão em sua época ou a algum tipo de aspiração pessoal do monarca emergente (Wilkinson, 2000, p. 181-182). O nome "Zhenguan" (貞觀), por exemplo, teria origem no "Livro das Mutações" ou "Yi Jing" (易经), um texto clássico de filosofia chinesa, sendo encontrado na seguinte passagem: "天地之道，貞觀者也", ou "O caminho do céu e da terra pertence àqueles que são castos e justos" (Tradução própria).

⁴ Segundo Yu (2013, p. 1-3), ainda que o termo "Daqin" tenha sido utilizado para designar o Império Romano, é importante frisar para fins de precisão contextual que a China conhecia apenas uma parte de sua total dimensão. Mais especificamente, os chineses estavam mais ou menos inteirados a respeito dos territórios que hoje compõem a Síria, o Egito e a Arábia,

mas nunca chegaram a descrever a capital romana em seus registros, por exemplo. Para eles, a capital de *Daqin* era a cidade de Antioquia, até ser transferida para Constantinopla.

⁵ Em um trecho posterior à citação prévia, Ma Dualin escreve: “Se agora mantivermos juntos os dois relatos de *Fulin* transmitidos pelos dois historiadores diferentes, descobriremos que, no relato da dinastia Tang, diz-se que este reino “faz fronteira com o grande mar no oeste”; enquanto o relato dos Song diz que “no oeste você ainda tem trinta dias de viagem até o mar”; e os restantes limites também não coincidem nas duas contas; nem os produtos e os costumes do povo. [...] Por esta razão, anexeï o relato *Fulin* da dinastia Tang ao meu capítulo sobre *Daqin* e representei este *Fulin* da dinastia Song como um país totalmente separado”.

⁶ É válido ressaltar aqui o fato de que a diferença interpretativa se sustenta também em algumas alterações às traduções que anteriormente chegaram ao Ocidente, inclusive aquela que foi utilizada para a elaboração deste artigo. No entanto, para evitar riscos de tangenciamento ao tema proposto pelo presente trabalho, optou-se por não entrar em maiores detalhes a respeito de todas as alterações possíveis nesse contexto.

⁷ Aleixo I Comneno herdou um império a beira do colapso, principalmente em função dos constantes conflitos políticos entre a burocracia estatal em Constantinopla e a aristocracia militar bizantina. Diferentemente de seus vizinhos europeus, o Império Bizantino contava com instituições administrativas complexas (BAKER, 2013, p. 223), e a implosão destas estava se provando fatal para a sua continuidade. Ademais, durante o seu governo, Aleixo I Comneno enfrentou ataques dos normandos, dos pechenegues e dos cumanos com contingentes militares reduzidos e enfraquecidos, fazendo-se valer da sua astúcia e do seu talento para a intriga para lidar com os invasores e com adversários políticos internos.

⁸ As controvérsias sobre Edward Luttwak decorrem principalmente de suas análises relativas a guerras e à história militar, frequentemente apresentadas em suas colunas de opinião para veículos de comunicação como o *The New York Times*. Luttwak também é controverso por seu papel duplo como estrategista e consultor em assuntos militares, no qual ele insiste por razões pragmáticas, observando que ser pago o protege tanto do idealismo liberal quanto de acusações de ser um mero provocador.

⁹ João de Montecorvino foi um missionário italiano, nomeado em 1307, sendo considerado o primeiro apóstolo da China. Foi também nomeado como o primeiro arcebispo do Oriente, tendo sido investido como Arcebispo de Cambalique e Patriarca de Todo o Oriente.

¹⁰ Segundo Keightley (1996, p.68-95), o nome de templo é uma tradição que remonta à segunda dinastia registrada pela historiografia tradicional chinesa, a dinastia Shang. Em resumo, trata-se de um título dado aos imperadores depois de sua morte, diferente dos nomes póstumos em função de sua exclusividade e da forma com que é escrito. O nome de templo consiste especificamente de dois caracteres: um adjetivo acrescido por um “zu” (祖) ou “zong” (宗).